

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e os Desafios para a Defesa Brasileira: uma Leitura Geopolítica

Matheus Souza¹
Amanda Ellery²
Fernanda Dattoli³
Leonel Barreto⁴
Mariana Oliveira⁵
Neuton Silva Neto⁶

RESUMO

Este artigo visa discutir os principais desafios para o setor de Defesa do Brasil a partir do espaço geoestratégico do Atlântico Sul, e como a ZOPACAS pode ser mais bem aproveitada pela diplomacia nacional para avançar os interesses do país. Para tanto, o texto foi estruturado de modo a elencar as principais ameaças e oportunidades existentes na região (primeira seção), a traçar um histórico avaliativo da Zona de Paz (segunda seção), e a discutir possibilidades geoestratégicas do Brasil neste entorno estratégico (terceira seção, que foi subdividida para dar ênfase a três frentes de análise específicas: as riquezas que circulam pelo Atlântico Sul; os vínculos da participação brasileira em organismos multilaterais – CPLP e UNASUL – com a ZOPACAS; e a importância das Missões de Paz da ONU no cenário prospectivo da região). A metodologia usada assentou-se na revisão de literatura sobre o tema a partir da leitura de livros, artigos científicos e documentos oficiais, sendo as análises de dados e informações construídas a partir de referenciais do pensamento geopolítico brasileiro e internacional, e das Relações Internacionais. Como resultado, chega-se à conclusão de que aos complexos desafios que se colocam para o Brasil se contrapõem oportunidades que, se aproveitadas a partir da atuação diplomática, podem contribuir para a superação daqueles.

Palavras-chave: ZOPACAS; Atlântico Sul; Defesa; Brasil; Geopolítica.

¹ Graduado em Relações Internacionais pela UNIJORGE; especialista em Política e Estratégia com ênfase em Planejamento Estratégico pela UNEB e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da Bahia; especialista em Gestão da Inteligência Estratégica pela Faculdade Batista Brasileira e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da Bahia; mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia; doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia; professor e coordenador do Bacharelado em Relações Internacionais da UNIJORGE.

² Graduanda em Relações Internacionais pela UNIJORGE, estagiária no Departamento de Práticas Investigativas em Organizações Internacionais do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais da UNIJORGE.

³ Graduanda em Relações Internacionais pela UNIJORGE, estagiária no Observatório em Relações Internacionais do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais da UNIJORGE.

⁴ Graduando em Relações Internacionais pela UNIJORGE, coordenador discente do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais da UNIJORGE.

⁵ Graduanda em Relações Internacionais pela UNIJORGE.

⁶ Licenciado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, graduando em Relações Internacionais pela UNIJORGE, coordenador discente do Observatório de Relações Internacionais do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais da UNIJORGE.

I. Atlântico Sul e Defesa Nacional: desafios e respostas para a projeção do poder brasileiro

“O conjunto triangular da América do Sul, da África e da Antártida de fato constitui a retaguarda vital de todo o mundo do Ocidente. Qualquer penetração importante, aí, de um inimigo comprometerá certamente todo o sistema defensivo do mundo ocidental, sobretudo porque tornará, desde logo, extremamente vulneráveis as comunicações marítimas e aéreas, de que o Atlântico Sul é o palco insubstituível, e a Antártida, o ferrolho. Por isso, os EUA não poderão descurar da extraordinária significação geopolítica e geoestratégica da América do Sul” (GOLBERY DO COUTO E SILVA, 1959 *apud* CARVALHO, 2010, p. 100-101).

O Estudo das Relações Internacionais e da Geopolítica permite avaliar as diversas maneiras através das quais os Estados analisam suas realidades políticas e agem, de acordo com seus interesses e capacidades. Essas ações (analisar e agir), quando atinentes às questões de Segurança e Defesa, tornam-se o elemento mais importante da agenda estatal, visto que a sobrevivência de tal ente político está atrelada à sua capacidade de exercer o poder nacional para garantir a integridade da soberania, do território e da população (WALTZ, 1979). Ainda que os Estados sejam iguais no que tange às funções que devem exercer, eles se diferenciam em suas capacidades de exercê-las. A esta premissa básica do pensamento neorrealista das Relações Internacionais desenvolvido por Waltz (1979), deve-se somar a ideia de que, constantemente, tais atores políticos se depararão com desafios à sua sobrevivência, que colocarão à prova o poder nacional em sua capacidade de resposta ao que seja apresentado pela realidade. Arnold Toynbee (1889-1975), em seu pensamento geopolítico, consolidou esta noção a partir de sua Teoria do Desafio e Resposta (1934). Segundo o professor e historiador britânico, “as dificuldades geográficas, os obstáculos, são desafios que se antepõem ao processo de afirmação das Nações. Ou estas superam esses desafios e se afirmam, ou não os superam e são condenadas à estagnação ou à desagregação” (TOYNBEE *apud* MAFRA, 2006, p. 121-122). É a partir da observação dessas assertivas que a pesquisa apresentada se desenvolveu, analisando o Atlântico Sul e a ZOPACAS como elementos da complexa equação que articula os principais desafios à defesa nacional do Brasil. Faz-se imprescindível, portanto, se estruturar a análise a partir de considerações iniciais sobre o Atlântico Sul.

Região estratégica há muitos séculos, o Atlântico Sul não pode ser definido apenas a partir da noção geográfica, até por existirem países considerados do eixo sul estão a norte da Linha do Equador (Benin e Nigéria, por exemplo). O Sul é também uma categoria conceitual que congrega elementos identitários de países periféricos numa percepção de dependência em relação ao Norte (BARBOSA, 2015). A construção dessa identidade tem sua origem no imediato pós Segunda Guerra Mundial, se estabelecendo como um processo político de grande articulação internacional⁷ (LECHINI, 2009). Esta observação conceitual é de grande relevância, pois o estabelecimento desta categoria de análise coaduna-se com a percepção de que a união entre os países da região para a criação de um fórum (ZOPACAS) se dá com vistas à potencialização das capacidades das nações do Sul em fazer gerenciamento de suas políticas de forma coordenada entre si, visando rechaçar a presença de países outros ou ameaças na região.

A importância geopolítica e geoestratégica do Atlântico Sul já foi constatada por distintos analistas e teóricos brasileiros e internacionais. Mário Travassos (1891-1973) já

⁷ “The South was incorporated in the vocabulary of International Relations when the countries of Africa and Asia obtained their independencies, after the Second World War. They started their interaction in Bandung, in 1955, became a Group in 1961 through the birth of the Non Aligned Movement – with the flag of independence and sovereignty – and in 1964, with the creation of G77 in the UNCTAD framework, in Geneva – to discuss issues concerning trade and development” (LECHINI, 2009, p. 114-115).

havia construído, na década de 1930, análises sobre a importância dos portos marítimos como elementos integradores e sobre os antagonismos geográficos sul-americanos, contrapondo o oceano Atlântico ao Pacífico (MIYAMOTO, 1981; FREITAS, 2004); Golbery do Couto e Silva (1911-1987) compreendia o Atlântico Sul como imprescindível para a segurança e desenvolvimento brasileiros, assim como a região Nordeste como estratégica para a geopolítica nacional (seja como base para apoio a ações militares, ou no que concerne à questão da vulnerabilidade nacional às ações extracontinentais), compreendendo a necessidade de firmação do Brasil no subsistema sul-americano, auferindo papel privilegiado no diálogo com os Estados Unidos⁸ (FREITAS, 2004; CARVALHO, 2010); Carlos de Meira Mattos (1913-2007), ao analisar a projeção do Brasil como potência internacional, alertou para a importância da garantia da segurança atlântica como responsabilidade do país neste papel de liderança (MIYAMOTO, 1981; FREITAS, 2004); e Therezinha de Castro (1930-2000) deu consistentes contribuições para a análise do espaço atlântico, especialmente a partir dos estudos geopolíticos e geoestratégicos da Antártica⁹ e da Amazônia (FREITAS, 2004).

Muitos outros acadêmicos e teóricos geopolíticos deram contribuições importantes para a reflexão do Atlântico Sul como espaço de poder, se destacando, mais recentemente, Pereira (2007), Moniz Bandeira (2009; 2013), Pio Penna Filho (2015b), Luiz Eduardo Rocha Paiva (2015), André Luiz Varella Neves (2015), Jorge Henrique Cabral Fernandes (2015), dentre outros. O estudo sobre essa região permite compreender quais os desafios e ameaças se colocam para o Brasil. Moniz Bandeira (2009, p. 68) apresenta de modo resumido como aspectos vinculados às riquezas naturais e aos interesses de grandes potências se manifestam atualmente neste espaço estratégico:

As reservas descobertas na camada pré-sal ao longo da costa, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, inseriram o Brasil no mapa geopolítico do petróleo. Este foi um dos fatores, *inter alia*, que provavelmente levaram o presidente George W. Bush a restaurar a IV Frota, para o Atlântico Sul, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o terrorismo e a pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul. Porém, o próprio almirante Gary Roughead, chefe de Operações Navais, anunciou [...] que se havia decidido restabelecer a IV Frota, em virtude da imensa importância da segurança marítima no sul do hemisfério.

São desafios complexos e de difícil resposta, que exigirão cada vez mais aumento e projeção do poder nacional (MORGENTHAU, 2003) brasileiro. O Livro Branco da Defesa Nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2012) evidencia a preocupação do Estado com a temática, e este não está alheio às necessidades impostas pela realidade neste quesito, mas enfrenta desafios de múltiplas ordens (inclusive de orçamento para o Ministério da Defesa¹⁰). De todo modo, uma das respostas possíveis passa pelo processo de articulação e cooperação internacional projetado a partir da

⁸ “[...] da análise global do conjunto das variáveis territoriais destaca [Golbery do Couto e Silva] imediatamente um vetor-chave: da conjunção da extensa faixa marítima disponível com a ampla massa territorial a integrar, resulta estar o Brasil balanceado num jogo de forças onde se contrapõem atrações continentais e marítimas” (FREITAS, 2004, p. 47).

⁹ “O continente antártico afigura-se importante para a estratégia nacional brasileira, em primeiro lugar, porque ‘sob o ponto de vista geoestratégico, sabe-se hoje que a defesa da América do Sul é sobretudo de índole marítima e não mais um problema continental; é essencialmente o domínio do mar no Atlântico’, tarefa a que o Brasil não se pode mostrar indiferente em virtude de ser o país com o maior litoral banhado por esse oceano” (FREITAS, 2004, p. 105).

¹⁰ Para uma síntese dos desafios brasileiros na área de Segurança e Defesa, vide Souza *et. al* (2015), publicado na 12ª edição do Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional.

ZOPACAS. No momento atual se torna mais estratégica a consideração da mesma como elemento importante para a manutenção da estabilidade regional e para a satisfação dos interesses brasileiros. Pode-se citar, como elemento que dá fundamentação a este argumento, o cenário prospectivo construído pelo Ministério da Defesa do Brasil sobre a possibilidade de militarização do Atlântico Sul até 2035 (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2015). Segundo este cenário, América do Sul, África Subsaariana e Atlântico Sul possuem recursos naturais que podem atrair empresas estrangeiras e fluxos de mercadorias. Numa perspectiva de escassez de tais recursos, as grandes potências poderão entrar em disputas para garantir acesso aos mesmos. Uma vez que o controle de grandes rotas de suprimentos é uma tendência dos Estados em face das suas condições geográficas (MAFRA, 2006), e que a busca por segurança ambiental pode ser geradora de conflitos (RIBEIRO, 2010), este cenário se mostra plausível¹¹. Conflitos inter ou intraestatais na África também podem se constituir em fontes de instabilidade que resultem na atração de potências extra regionais, aumentando as possibilidades de militarização da região a despeito da ZOPACAS (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2015). Faz-se imprescindível, portanto, refletir sobre a importância da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul em face dos desafios que o Brasil enfrenta e enfrentará. No intuito de verificar quais as respostas possíveis, as próximas seções deste artigo se estruturam de modo a traçar um histórico sobre a formação da ZOPACAS, seus objetivos e potencialidades, e a apresentar uma reflexão sobre a inserção internacional do Brasil a partir deste foro (objetivos e poder nacionais e possibilidades de ação).

II. ZOPACAS: história, diplomacia e geopolítica sob um olhar brasileiro

“Em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do País” (LIVRO BRANCO DA DEFESA NACIONAL, 2012, p. 39).

A percepção da construção do Brasil enquanto nação necessariamente engloba a relação entre o homem e o mar. Para que isto se evidencie, basta fazer uma análise breve de como o povo se formou, e de como a relação do brasileiro com o Atlântico se consolidou. O Brasil foi formado enquanto nação partindo-se do litoral para o interior. Em obra sobre História do Brasil, escrita em 1627, o Frei Vicente do Salvador deu um enfoque especial à maneira com que a colonização do Brasil foi feita. Em seu capítulo terceiro, ele afirma que:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos (SALVADOR, s/a, p. 5).

¹¹ A história recente das relações internacionais já permite encontrar tal plausibilidade em eventos atuais. A citação de Ribeiro (2010, p. 72) a seguir atesta isso: “Os geógrafos Font & Ruff (2001) destacam a segurança ambiental a partir das ideias do canadense Thomas Homer-Dixon (1999). Para este último, a escassez seria a geradora de conflitos, baseada em uma combinação de três variáveis: mudanças ambientais, crescimento populacional e desigualdades sociais e de acesso aos recursos naturais (Font & Ruff, 2001, p.201). Em sua análise, a dupla espanhola aponta o consumo desigual dos Estados Unidos como uma das possíveis causas de instabilidade, escrevendo que eles ‘representam 5% da população mundial e consomem 50% do petróleo’ (ibidem)”.

O trato com o oceano se tornou uma constante para o Brasil. O país se firmou como uma das principais rotas comerciais do mundo, além de ter sido palco da chegada de mão de obra escravizada advinda da costa africana. Mesmo com esse elemento histórico lamentável e violento, as relações entre as duas costas do oceano se tornaram tão próximas que o Embaixador Alberto da Costa e Silva (2011), em sua extensa obra, o classificou como um rio. A percepção da aproximação entre Brasil e os países costeiros da África é histórica e remete diretamente aos períodos coloniais, mas apenas este argumento não garante as bases necessárias para a formação de políticas estratégicas entre os países da região. Além das questões atinentes ao próprio processo de aprofundamento das relações diplomáticas entre eles, há a necessidade de se considerar a projeção de poder de atores externos a este espaço – especialmente aqueles que compreendem a importância do Poder Marítimo, conforme desenvolvido por Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Nicholas Spykman (1893-1943) em sua Teoria das Fímbricas Marítimas¹² (MIYAMOTO, 1981; MAFRA, 2006).

Esse processo de construção concertada do Atlântico Sul, com o Brasil como ator protagonista, perpassa diversos contextos e governos. Se durante a Segunda Guerra Mundial a região foi estratégica para o teatro de operações na África e, especialmente, na Europa (PEREIRA, 2007; MAFRA, 2006; MONIZ BANDEIRA, 2009), durante a Guerra Fria a lógica de contraposição Leste-Oeste influenciou sobremaneira a compreensão do espaço sul atlântico como zona crítica para projeção de influência dos dois principais polos de poder. Neste contexto, algumas iniciativas de securitização da região se sucederam, sendo uma delas a ideia de formação de bloco militar, capitaneada pela África do Sul.

Penna Filho (2015b) afirma que a iniciativa apresentada em Pretória apresentou duas versões, mas tinha como foco a formação de um bloco militar nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com vistas a evitar a expansão do comunismo. Segundo o autor, a iniciativa se desmembrava em duas frentes, buscando a África do Sul negociar, em separado, com Austrália e Nova Zelândia, até por conta dos vínculos históricos compartilhados através da *Commonwealth* britânica, por um lado; e, por outro, estabelecer vínculos “[...] com os países banhados pelo oceano Atlântico, com ênfase na Argentina e no Brasil” (PENNA FILHO, 2015b, p. 152). As sucessivas tentativas sul-africanas para atrair os países da América do Sul e da Oceania enfrentaram muitas resistências. No Brasil, o Itamaraty não recomendava que fosse feito tal acordo. Com o vazamento desta informação, os países africanos ficaram contrários ao acordo do chamado Pacto do Atlântico Sul (ou OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul) por conta, dentre outros fatores, do regime de *apartheid* sul africano. Deve ser levado em consideração que o fato do Brasil ter negado, ainda no final da década de 1960, o convite para fazer parte do supracitado pacto, corroborou para o fracasso da OTAS (PENNA FILHO, 2015).

Neste cenário, com a constante desconfiança entre os atores envolvidos no Atlântico Sul, poucas outras iniciativas foram propostas. Na esteira deste contexto, todavia, o Brasil propõe, ainda no começo da década de 1980, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que surge como uma tentativa de supressão da presença de armamento nuclear na região, bem de como estabelecer mecanismos de cooperação em diversos âmbitos entre os países a se tornarem membros. Cabe ressaltar que o contexto em que esse processo se desenvolve é o de conflito no Atlântico Sul. A Guerra das Malvinas enfraquecia a Argentina, um dos três grandes países com projeção de poder como Brasil e África do Sul. Além disso, a década em questão era de transição política – muitos Estados passavam por um período de redemocratização.

¹² Ainda que se considere que o cenário prospectivo de Spykman já não está mais colocado (Segunda Guerra Mundial), suas contribuições conceituais continuam bastante relevantes.

O panorama que estava se delineando neste período possibilitou maior convergência de interesses entre os países da região. A reforma da ONU, por exemplo, era, e ainda é, objeto de consenso entre países sul-americanos e africanos. Além disso, houve consenso na questão do desarmamento nuclear (GHELLER; GONZALES; MELLO, 2015), especialmente aprofundado pelas dinâmicas atreladas à corrida armamentista entre Estados Unidos e a União soviética, que durante a Guerra Fria propagava o sentimento de insegurança no sistema internacional. Ademais, a região do Atlântico Sul era utilizada pelas grandes potências para navegação comercial. Com essa constante presença estrangeira, a busca pela desmilitarização da região tornou-se imperativa (GONZALES, 2014).

Essas condicionantes contribuíram para a criação da ZOPACAS¹³ após proposta brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas – Resolução nº 41/11. De acordo com Gheller, Gonzales e Mello (2015) o interesse brasileiro em face da proposta original consistia em: promover a desmilitarização na região do Atlântico Sul; intensificar a cooperação sul-sul no âmbito político e econômico; reconhecer os direitos do país na Zona Econômica Exclusiva e nas Plataformas Continentais visando à compreensão do mar como área estratégica de promoção da segurança nacional e desenvolvimento; fortalecer a região frente às possíveis ingerências externas – especialmente a grande presença naval britânica.

Os objetivos propostos na ZOPACAS devem ser alcançados, precisamente, mediante o processo de cooperação entre os países membros. Este, no entanto, tem ocorrido de forma lenta e gradual ao longo das décadas, ainda que a cooperação não estivesse restrita às questões militares, estendendo-se também ao âmbito socioeconômico, como, por exemplo, no que tange à situação da pesca sustentável no Atlântico Sul ao intercâmbio educacional, cultural e científico e ao mapeamento do mar.

Percebe-se, portanto, que a proposta da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul está estreitamente vinculada aos princípios norteadores da ação diplomática brasileira acumulados ao longo de sua história (CERVO, 2008). A cordialidade no trato com os vizinhos e a formação de parcerias estratégicas a partir do fortalecimento de um multilateralismo normativo, com respeito aos acordos firmados e pautadas numa lógica de cooperação e resolução pacífica de controvérsias constituem-se em elementos que compõem tanto o foro da ZOPACAS, quanto a tradição diplomática brasileira (CERVO, 2008). Eis aí um ponto importante em face dos interesses e necessidades estratégicos do Brasil, como a preservação da Amazônia Azul e a garantia da segurança de uma costa atlântica de 3,5 milhões de km² que abrange a Zona Econômica Exclusiva, a Plataforma Continental, e grande diversidade natural com riquezas inerais, como o petróleo da camada do Pré-Sal (WIESEBRON, 2013).

É importante reiterar que descoberta de grandes reservas energéticas na costa brasileira tornou o Brasil um dos países com uma das maiores potencialidades de extração de petróleo. No entanto, toda essa riqueza tem atraído atenção em todo o mundo, e despertado o interesse não só no território brasileiro, mas em todo o Atlântico Sul. Países como o Reino Unido, que tem, neste espaço, um conjunto de ilhas e arquipélagos sob sua soberania, já possuem forte presença na região. A França, por exemplo, tem buscado fortalecer a sua influência a partir da Guiana Francesa, considerado território além-mar do Estado francês. E os Estados Unidos, conforme supracitado, projetam sua presença de maneira mais ostensiva, como com “[...] a criação do *United States Africa Command*, AFRICOM, em 2007, e o relançamento da IV Frota no Atlântico, em 2008” (MAPA, 2011, p. 12).

¹³ Atualmente, 24 países são signatários: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

Essa presença externa representa risco à estabilidade da região, e aos interesses brasileiros em termos de defesa. Do ponto de vista geopolítico, por exemplo, pode comprometer a busca pelo domínio de costas opostas (MAFRA, 2006) pelo Brasil, ainda que através de um processo cooperativo. Há, portanto, a necessidade de se fortalecer a ZOPACAS, a partir da busca pela concertação entre seus membros na agenda de segurança, a partir de ações do patrulhamento, assistência e controle de atividades que ocorrem na região, dentre outras (RUCKS, 2014). Esse fortalecimento em escala multilateral contribui para a consecução dos interesses brasileiros, especialmente se é considerada o (ainda) limitado Poder Marítimo nacional em face dos desafios de grande vulto que o país enfrenta.

Reforçar a ZOPACAS em termos diplomáticos é importante para a defesa do Brasil (conforme colocado no Livro Branco da Defesa Nacional) por conta dos fatores acima listados. Nas palavras do ex-ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim (2016), “[...] a cooperação é a melhor dissuasão”. Neste sentido, parte da estratégia do Brasil para o Atlântico Sul passa, necessariamente, pela busca pela construção da identidade da região, aprofundando a intersubjetividade dos atores em processo cooperativo e, em consequência disso, as percepções em torno da agenda de segurança (WENDT, 2014; VILLA; SANTOS, 2010). Abdenur e Neto (2014) discorrem sobre essa perspectiva, apontando que a construção desta identidade não está imune a desafios complexos, que exigirão respostas consistentes e bem difíceis de serem alcançadas.

A construção de um "cinturão de boa vontade" permite que o governo brasileiro promova a criação de uma identidade regional sul-atlântica, na qual o Brasil assegura para si uma posição de destaque. Essa identidade está centrada em preocupações com novas ameaças no Atlântico Sul. Portanto, tal estratégia se baseia não apenas na promoção de interesses comuns aos países desse perímetro, mas também na tentativa de minimizar o envolvimento de atores externos, destacando a responsabilidade dos países da região. Tal afirmação ressalta o enquadramento do Atlântico Sul como zona pacífica e livre de armas nucleares, conforme expressado pela criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em 1986. Contudo, o processo de construção da identidade sul-atlântica enfrenta desafios, como a complexidade das relações entre os países da região e atores externos, que combinam elementos de distanciamento e cooperação (às vezes, dentro de uma única relação bilateral) (ABDENUR; NETO, 2014, p. 6).

De todo modo, por se tratar de um fórum de diálogo cujo objetivo é a cooperação no sentido da promoção da paz, a ZOPACAS fornece bases para a criação de uma identidade coletiva na região. Dessa forma, há como expectativa a convergência de interesses e, consequentemente, a ampliação e o fortalecimento das relações cooperativas entre os países membros. A cooperação persistente, bem como a criação de uma imagem positiva na região, são mecanismos de grande valor estratégico e diplomático para o Brasil, uma vez que podem desconstruir eventual imagem de Estado com interesses hegemônicos na região. No campo da defesa, a existência de uma identidade pacífica baseada em relações estáveis tende a reduzir a probabilidade de conflitos inter e intra continentais, ainda que o cenário atual, pós Guerra Fria, apresente maior imprevisibilidade do sistema internacional (MONIZ BANDEIRA, 2013). Não obstante, a identidade pode garantir que esforços sejam direcionados ao alcance de metas previamente estabelecidas. É de pretensão comum, por exemplo, aumento do poder marítimo para ampliar a presença dos Estados do Atlântico Sul neste espaço, de forma que o mesmo seja ocupado pelos atores que o compõem.

Neste aspecto, ainda segundo Abdenur e Neto (2014), há um esforço sistemático brasileiro para aprofundar a cooperação naval com todos os países africanos no Atlântico Sul.

Um exemplo disso tem sido a realização de exercícios e operações navais conjuntas, e o apoio à reestruturação e ao fortalecimento das Marinhas dos países parceiros, especialmente entre 2003 e 2010, quando “[...] foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal (sendo Moçambique o único que não integra a ZOPACAS, mas cuja posição estratégica no Oceano Índico é incontestável)” (MAPA, 2011, p. 8).

Fica evidente, portanto, que a busca pelo fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul deve ser percebido como um objetivo estratégico do Brasil, que somente será alcançado a partir da articulação entre Diplomacia e Defesa, esfera indissociáveis que são (MENEZES, 1997). Considerando esta assertiva, a próxima seção deste artigo busca justamente discutir em que frentes temáticas a atuação internacional do Brasil deve avançar os interesses nacionais no âmbito da ZOPACAS, evidenciando quais os desafios colocados (e as respostas possíveis) ao poder e aos interesses nacionais em cada tópico da agenda de segurança no Atlântico Sul.

III. Geoestratégia e presença brasileira na ZOPACAS: objetivos e capacidades nacionais diante dos desafios do Atlântico Sul

“Necessário se torna afastar a ideia de que assunto de defesa é problema dos militares e que a eles pertence o privilégio de sacrificar a própria vida em defesa da pátria” (MENEZES, 1997, p. 14).

A avaliação sobre a atuação brasileira no âmbito da ZOPACAS é complexa por uma série de fatores. O principal deles talvez seja a o baixo nível de atividades que este foro desenvolveu ao longo de sua trajetória. Especialistas, como o professor Pio Penna Filho (2015a), argumentam que o Brasil precisa participar mais ativamente dos processos de securitização no continente africano, e que a ZOPACAS e a cooperação no campo de defesa são possibilidades para tanto. Assim sendo, de modo a racionalizar a discussão sobre as possíveis linhas de ação do Brasil neste contexto, esta seção do artigo se subdivide em temas específicos concernentes à análise realizada. Serão apresentados em três subseções os seguintes temas: circulação de riquezas no Atlântico Sul e interesses brasileiros; *redes de multilateralidade*: projeção do Brasil via ZOPACAS e outros fóruns multilaterais concernentes à região; e as Missões de Paz na agenda brasileira do Atlântico Sul.

- **Circulação de riquezas no Atlântico Sul e interesses brasileiros**

O pensamento geopolítico clássico há muito consagrou uma premissa básica a ser observada pelos Estados na busca pela sua sobrevivência em um ambiente hostil: é preciso deter o controle sobre as grandes rotas de suprimentos, sob o risco de perecer (MAFRA, 2006). Para além de todas as riquezas que podem ser encontradas no Atlântico Sul, já citadas anteriormente, este oceano constitui-se numa grande rota de circulação de riqueza. Como se sabe, grande parte do Produto Interno Bruto brasileiro é formada por trocas comerciais ou pelo afluxo de turistas que se dão neste espaço estratégico.

Se for considerado, por exemplo, o fluxo comercial do Brasil com a África em 2015 e até abril de 2016, pode-se perceber que o volume de exportações para aquele continente atingiu a cifra de US\$ 10.580.827.788,00, ao passo que as importações chegaram a US\$

10.367.601.239,00 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2016). Se forem consideradas as trocas comerciais com a América do Sul, as exportações atinge, para o mesmo período, a marca de US\$ 40.057.825.848,00, e as importações o valor de US\$ 27.183.169.788,00 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2016). Grande parte dessa riqueza transita pelo Atlântico Sul, e futuramente pode se ver ameaçada por ações de pirataria e terrorismo (PENNA FILHO,2015a). O professor Penna Filho (2015b, p. 161) apresenta, ainda, os dados a seguir, sobre a evolução do comércio brasileiro com a ZOPACAS, reafirmando a importância desta região para a agenda nacional.

TABELA 1 – ZOPACAS: evolução do intercâmbio comercial com o Brasil (2010-2012)
(Em US\$ bilhões)

Descrição	2010	2011	2012	Δ % 2010-2012
Exportações brasileiras para a Zopacas	24,4	30,8	25,8	5,9
Participação no total do Brasil (%)	12	12	11	n.a.
Importações brasileiras originárias da Zopacas	23,9	29,3	27,6	15,8
Participação no total do Brasil (%)	13	13	12	n.a.
Intercâmbio comercial Brasil-Zopacas	48,3	60,1	53,5	10,8
Participação no total do Brasil (%)	8	8	10	n.a.
Saldo comercial Brasil-Zopacas	0,6	1,5	-1,8	n.a.

Fonte: Divisão de Inteligência Comercial/MRE. Disponível em: <www.mre.gov.br>.

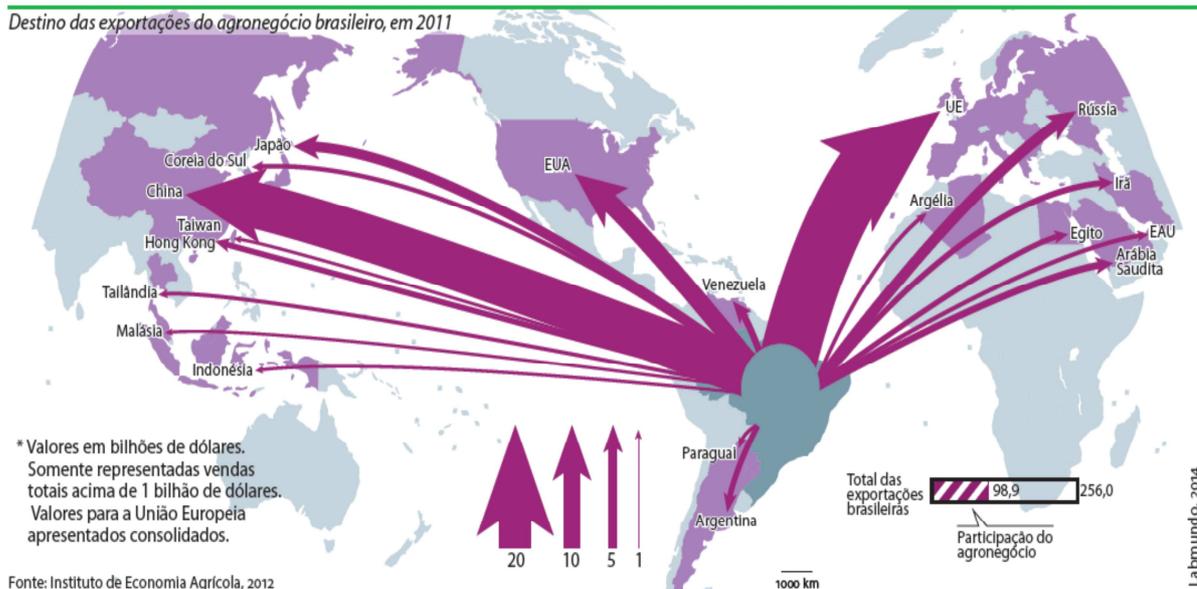
Obs.: n.a. = critério não aplicável.

Especificamente no que tange ao controle das grandes rotas de suprimento enquanto tendência geopolítica, o mapa abaixo evidencia quão estrategicamente importante é o Atlântico Sul para os interesses brasileiros.

FIGURA 1 – Mercados do Agronegócio

MERCADOS DO AGRONEGÓCIO

Destino das exportações do agronegócio brasileiro, em 2011



Fonte: MILANI, 2014, p. 28.

Diante do exposto, fica evidente que a manutenção da paz e da estabilidade na zona do Atlântico Sul é estratégica não somente para o Brasil, mas para seus parceiros comerciais na

África, na América do Sul e em outros continentes, como Ásia e Europa. O Estado e a sociedade brasileiros devem compreender a importância estratégica desta região, especialmente porque as dinâmicas (para o bem ou para o mal) que se instalam e desenvolverem na mesma afetarão diretamente a vida do cidadão comum e o poder nacional. A citação abaixo é incisiva e definitiva ao exortar a sociedade brasileira à reflexão sobre aquele espaço geopolítico. É preciso assumir o desafio, a potencializar a ZOPACAS como recurso para superá-lo.

[...] o Brasil necessita despertar para as grandes riquezas existentes no Atlântico Sul, incentivando cada vez mais uma mentalidade marítima no país. Assim, é preciso avançar muito em pesquisas marinhas com incentivo do governo federal e do próprio MD. Embora o país já tenha dado os primeiros passos, garantindo acordos internacionais que lhe conferem, pelo menos em tese, a soberania sobre a Plataforma Continental e a Zona Econômica Exclusiva, há ainda um longo caminho a ser percorrido, para o qual iniciativas estatais se fazem absolutamente necessárias. A organização de eventos envolvendo Universidades, estímulo a publicações e seminários especificamente voltados para o Atlântico Sul, contemplando temas relacionados a exploração econômica, defesa e segurança são altamente desejáveis (PENNA FILHO, 2015b, p. 182).

- ***Redes de multilateralidade: projeção do Brasil via ZOPACAS e outros fóruns multilaterais concernentes à região***

Se fosse feito um gráfico que projetasse no plano cartesiano a UNASUL, a ZOPACAS e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil ocuparia o ponto de interseção no que tange aos países. A outra interseção seria um dos palcos de atuação destes mecanismos: o Atlântico Sul. Percebe-se, portanto, que o Brasil dispõe de uma projeção diplomática e estratégica privilegiada no que tange às redes multilaterais que permitem a tratativa das questões atinentes ao Atlântico Sul. O desafio nacional, neste aspecto, é potencializar seus objetivos geoestratégicos nestes fóruns políticos, buscando fortalecer uma rede de instituições que sustentem seus interesses em escala internacional. Os pontos de conexão entre os supracitados organismos são múltiplos.

A CPLP, por exemplo, realizou, no ano de 2009, reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar, cuja última edição ocorreu em junho de 2015. Este fórum específico da CPLP tem como objetivos estabelecer a forma através da qual a Organização Internacional orientará seus membros a agir no que tange à relação com o mar, buscando fazer com que a organização possua voz ativa nas negociações internacionais que envolvam a temática. Bernardino (2011, p. 49) afirma que:

A Estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se por princípios e objetivos transversais aos demais vectores da cooperação no seio da Comunidade, nomeadamente pelos princípios de igualdade soberana dos Estados membros; do respeito pela integridade territorial; da promoção do desenvolvimento; e da promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

O documento inicial, ratificado em 2010 por todos os membros, traz em seus pontos que o mar tem grande importância para o desenvolvimento daqueles. Outro ponto de bastante relevância é a segurança e vigilância marítima, apregoando-se que a partilha de dados deve

ser utilizada para o combate do crime organizado transnacional (BERNARDINO, 2011). Destaca-se, também, o fato de a CPLP discutir a expansão da plataforma continental e, em conjunto, apresentar esta demanda à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (BERNARDINO, 2011). A questão relativa à Pesca ganha espaço no discurso da CPLP, dando-se foco a mecanismos de cooperação que venham a melhorar as técnicas de pesca artesanal ou de subsistência bem como no combate à pesca ilegal, aliando-se na construção de pesquisa mais extensa sobre a vida marinha (BERNARDINO, 2011).

No âmbito da Defesa, a CPLP visa desenvolver mecanismos que garantam a cooperação entre os países neste setor, compreendendo que o processo cooperativo garantirá a capacitação dos membros com vistas a garantir o pleno controle, vigilância marítima, gerenciamento de informações e mecanismos para operacionalizar exercícios conjuntos (BERNARDINO, 2011).

Já a UNASUL trata a questão defensiva em um fórum específico, o Conselho de Defesa. Este é composto pelos Ministros da Defesa (ou equivalentes), e tem dentre seus princípios fortalecer “[...] *el dialogo y el consenso en matéria de defensa mediante el fomento de medidas de confianza y transparencia*” (UNASUR, 2008). A organização tem por objetivo a geração de consensos sobre a temática partindo da cooperação entre seus membros, e um dos mecanismos usados para aumentar a confiança entre os países membros são os exercícios militares no mar. Silva e Flôr (2011) classificam esta prática como “[...] enquadradas nas funções diplomática e constabular com um propósito maior tendencioso ou [...] virtuoso de contribuição para a paz entre os países envolvidos”. Cabe ressaltar que os exercícios mais recentes, apesar de serem realizados no âmbito da UNASUL, consideram o palco do Atlântico Sul, sendo convidados a participarem, desta forma, países africanos. Um elemento chave dentro da constituição do Conselho de Defesa da UNASUL é a necessidade do entendimento da América do Sul enquanto região pacífica e livre de armas de destruição em massa, com enfoque nas nucleares, tal qual preconizava a resolução de criação da ZOPACAS em relação ao Atlântico Sul.

Já no âmbito da ZOPACAS, verificam-se alguns dos pontos supracitados de forma bem clara, principalmente no Plano de Ação de Montevidéu (ZOPACAS, 2013). A cooperação marítima apresentada busca valorizar a capacidade das Marinhas dos países membros de patrulhar, proteger e salvaguardar o mar de maneira mais intensa e cooperativa. Nos três âmbitos, o intercâmbio aparece como uma ferramenta de troca de informações entre as forças armadas com a finalidade de melhorar as capacidades de todos os membros em lidar com uma ameaça externa. Por outro lado, como a ZOPACAS ainda se constitui como um fórum, há a tendência de ser colocada em segundo plano pelos Estados Membros, já que não gera grandes obrigações destes dentro da Zona. Entretanto, seus elementos constituintes aparecem de forma contundente tanto na UNASUL quanto na CPLP.

Percebe-se, portanto, que a ZOPACAS estabelece mecanismos de cooperação multilateral em seus planos de ação (destacando-se o de Montevidéu, 2013) para que haja uma atuação mais intensa entre os Estados Membros. Apesar disto, o uso destes mecanismos ainda é negligenciado, e a cooperação bilateral permanece em primeiro plano para estes países. De modo contrário, verifica-se que nos âmbitos da CPLP e da UNASUL, estes mecanismos também existem e são muito utilizados. Da mesma forma, observa-se que os mecanismos aplicados nestas organizações são similares aos aplicáveis na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Torna-se evidente, assim, que é preciso maiores vontade e engajamento político dos atores envolvidos nas ações e dinâmicas da ZOPACAS. O aumento das atividades da mesma pode significar ganhos para o Brasil na medida em que o país consiga determinar quais oportunidades se apresentam no âmbito daquela, e como promover maior eficiência no

alcance dos objetivos nacionais a partir da racionalização de ações no escopo dos três organismos multilaterais, sem deixar que as relações bilaterais sejam preteridas.

- **As Missões de Paz na agenda brasileira do Atlântico Sul**

As operações de paz também são, para os Estados membros da ZOPACAS, um instrumento de manutenção da paz na região. Isso pode ser visto no quinto tópico do Plano de Ação de Montevideu de 2013. Uma vez que a cooperação na área de segurança e defesa faz parte das estratégias acordadas entre os Estados-membros daquela, além da promoção da troca de informações e dos exercícios militares conjuntos, estes pretendem estabelecer um grupo de trabalho nas operações de paz das Nações Unidas para melhor explorarem as oportunidades de cooperação entre si.

Enquanto membro da ZOPACAS que participa ativamente nas missões de paz da ONU – das 69 operações de manutenção da paz já realizadas pelas Nações Unidas, o país participou de 40 (VIEIRA, 2015) –, o Brasil percebe as potencialidades destas operações. Porém, segundo o ex-comandante da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), General Alberto dos Santos Cruz (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2016), “Só [há] sucesso quando se tem boa interação com o governo local e [há] administração orçamentária competente e com visão operacional”. Ou seja, os processos cooperativos desenvolvidos no âmbito do foro multilateral, podem contribuir para o alcance dos objetivos das missões de paz por diminuir as distâncias entre o país receptor da mesma e aqueles que compõem o efetivo de capacetes azuis.

Além da MONUSCO¹⁴, houve o engajamento de tropas de membros da ZOPACAS em missões de paz das Nações Unidas, a exemplo de Argentina, Benim, Camarões, Costa do Marfim, Guiné, Nigéria, Senegal, Togo, Uruguai; Brasil, em posição de liderança na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH) e também liderando a Força Naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) desde 2011; Gana, Nigéria, Serra Leoa, entre outros. A atuação frequente de membros da Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul em operações de paz demonstra, portanto, que a concretização de um grupo de trabalho em operações de paz da ONU, uma das estratégias construídas pelos seus Estados membros, é possível. Segundo o site oficial da Marinha Brasileira (2016), inspirada nos documentos “Uma Agenda para a Paz” e “Suplemento de uma Agenda para a Paz”, as operações de paz seriam mecanismos definidos por cinco conceitos básicos, sendo eles: diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz, imposição da paz e consolidação da paz (BIGATÃO, 2013, p. 3-4). Haja vista que o Fórum foi criado com intenções de garantir a paz na região do Atlântico Sul através da cooperação, existe uma harmonia entre os objetivos das operações de paz da ONU e os da ZOPACAS. Além disso, a formação de um grupo de trabalho implicaria no fortalecimento das relações entre os membros e de uma identidade regional. Essas possibilidades se vinculam aos interesses brasileiros na medida em que o país já possui uma tradição em missões de paz e poderá projetar sua liderança numa zona estável sem precisar lançar mão do uso da força¹⁵.

¹⁴ A MONUSCO, que ocorre na República Democrática do Congo, que faz parte da ZOPACAS, foi liderada por um brasileiro entre os anos de 2013 e 2015 e, atualmente, tem sido conduzida pelo sul africano Derrick Mgwebi, oriundo, assim como seu predecessor, de país membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (UNITED NATIONS, 2016).

¹⁵ Há grande convergência destes princípios caros à participação brasileira em missões de paz com o próprio surgimento da ZOPACAS, conforme pode ser observado no discurso de Amorim (2013): “[...] O mais

Esta leitura coaduna-se com a análise sobre a atual participação do Brasil em nove operações de paz das Nações Unidas feita por Antônio Jorge Rocha Ramalho e Fernanda Lira Góes (2010, p. 63), que compreendem que tal postura cooperativa se justifica pela “[...] busca [por] fortalecer a condição de liderança do país no mundo, particularmente entre países em desenvolvimento”. Atrelar as ações brasileiras na ZOPACAS com as realizadas nas missões de paz pode significar aumento dos ganhos nacionais no que tange aos objetivos estratégicos do Estado. Ao se retomar o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, conforme apregoado pelo Livro Branco da Defesa Nacional, esta possibilidade/necessidade deve ser levada em consideração.

IV. Considerações finais

Ao examinar o Plano de Ação de Montevideu (ZOPACAS, 2013), resultante da sétima reunião ministerial, os ministros dos países membros da ZOPACAS se comprometeram em assegurar a implementação daquele nos seguintes tópicos: mapeamento e exploração do leito do mar; cooperação na área ambiental; cooperação nas áreas de transporte aéreo e marítimo e segurança portuária; cooperação em segurança marítima; cooperação na área de Defesa; segurança pública e combate ao crime organizado transnacional; e outras áreas de cooperação e construção de capacidade. A partir da análise feita neste artigo, entende-se que os setes pontos abordados no plano de ação supracitado são desafios a serem alcançados que, somente o através da cooperação entre as partes envolvidas.

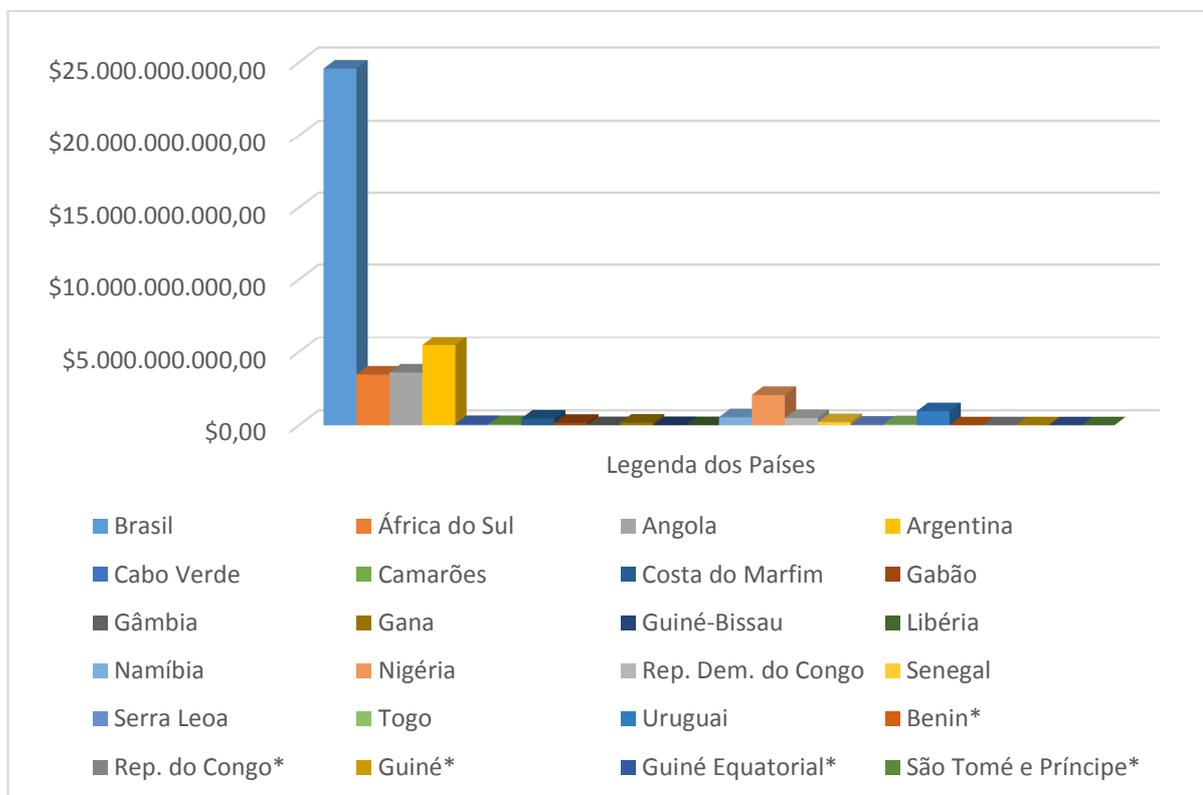
Deve ser considerada, ainda, a importância que os constrangimentos estruturais do sistema internacional (WALTZ, 1979), podem impor à consolidação dos interesses estratégicos dos países membros da ZOPACAS. Neste sentido, a inteligência militar brasileira já tem trabalhado com cenários prospectivos que consideram a possibilidade real de tensões e conflitos indiretos entre as grandes potências (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2015). Esta complexa teia de interesses que conformarão de modo mais embaraçado a ordem internacional (BULL, 2002) ao longo do século XXI, é chamada por Moniz Bandeira (2013) de Segunda Guerra Fria. Torna-se essencial para o Brasil, portanto, alavancar as possibilidades de auferir ganhos na esfera da política internacional a partir de foros como a ZOPACAS.

Neste sentido, o Brasil apresenta vantagens que podem consolidar sua posição de liderança regional legitimada. O gráfico a seguir, elaborado a partir de dados do SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*) em 2015¹⁶, apresenta todos os orçamentos militares dos países-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Através da leitura destes dados, percebe-se que o nível de investimento nominal ainda é muito discrepante entre eles. A Argentina, por exemplo, que possui o segundo maior orçamento militar dentre os países elencados, é quase cinco vezes menor que o brasileiro neste quesito. Essas informações reforçam a prerrogativa de que é fundamental que o Brasil se mantenha como protagonista no Atlântico Sul, consolidando-se como líder neste espaço estratégico.

importante é que esta união não existe para atacar ninguém, nem sequer – necessariamente – para nos defender de um inimigo previamente determinado, como foi o caso de outras organizações que existiram no campo da defesa. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul nada tem a ver com outras experiências anteriores, como a OTAN ou a SEATO”.

¹⁶ Benin, República do Congo, Guiné, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe não tiveram seus orçamentos de Defesa divulgados em 2015.

FIGURA 2 – Orçamento Militar dos Países Membros da ZOPACAS (2015)
(Em US\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em SIPRI (2015).

O aumento da projeção brasileira nas missões de paz das Nações Unidas (observa-se que três¹⁷ das nove missões das quais o país participa atualmente estão ocorrendo em países membros da ZOPACAS) pode gerar um aumento da credibilidade do país perante os países receptores das mesmas, além de promover o cumprimento de uma das metas do Plano de Ação de Montevideu (2013) – “[...] estabelecer um grupo de trabalho nas Missões de Paz da ONU para explorar futuras oportunidades de cooperação entre os Estados-Membros da Zona” (tradução nossa). Além disso, o Brasil tem realizado acordos bilaterais com os países membros da ZOPACAS no âmbito da defesa, visando o aprimoramento da capacidade militar para melhor enfrentar seus desafios.

Finalmente, vale destacar que um dos principais focos de atenção do Brasil é a Amazônia Azul, fonte de riquezas naturais que ampliando seu valor econômico especialmente com a descoberta do petróleo da camada Pré-sal. Com essa descoberta, a presença estrangeira na região poderá aumentar ainda mais. Devido à sua imensa importância para o Brasil, há a necessidade de fortalecer a defesa neste entorno estratégico, ampliando seu patrulhamento com avanço de tecnologia, capacidade logística e controle de todas as suas atividades.

A questão da defesa do Atlântico Sul não é apenas valiosa para o Brasil, mas para todos os membros da ZOPACAS, percebendo-se, portanto, a relevância desse fórum multilateral. É necessário que haja esforços conjuntos entre os Estados para a realização de ações que convirjam em ganhos mútuos. Para isso, a criação de uma identidade Sul-Atlântica poderia ser eficaz recurso para construção de uma realidade de cooperação e estabilidade entre esses atores. Para sua afirmação enquanto Nação diante dos desafios colocados pela

¹⁷ MONUSCO (República Democrática do Congo), UNMIL (Libéria) e UNOCI (Costa do Marfim).

realidade, o Brasil não pode prescindir de uma inserção qualificada e protagonista no Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Brasília, jan. – jun. 2014, ano 57, nº 1, pp. 5-21.

AMORIM, Celso. Aula Nobre para o Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Jorge Amado. UNIJORGE: Salvador, abril de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ToJW6Rv5Ef8>>. Acesso em abril de 2016.

_____. Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/zopacas.pdf>. Acesso em maio de 2016.

BARBOSA, Luísa Calvete Portela. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): criação, projeção e dimensão político-estratégico. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116730/000955967.pdf?sequence=1>>. Acesso em maio de 2016.

BERNARDINO, Luis Manuel Brás. A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação e Defesa*, v. 128, 5.^a Série, p. 41 65, 2011. Disponível em: <<http://www.pandia.defesa.gov.br/images/acervodigital/Bernardino%20-%20A%20Seguran%C3%A7a%20Mar%C3%ADtima%20CPLP.pdf>>. Acesso em maio de 2016.

BIGATÃO, Juliana de Paula. As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais. 2013. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Juliana%20P%20Bigatao%2013-08-07.pdf>>. Acesso em maio 2016.

BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. Operações de Paz. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/hotsites/operacao_paz/operacoesPaz.html>. Acesso em maio 2016.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FERNANDES, Jorge Henrique Cabral. A soberania cibernética na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). In: GHELER, Luis Fernando; GONZÁLEZ, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (orgs). Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil. Brasília: IPEA, 2015.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GHELER, Luis Fernando; GONZÁLEZ, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (orgs). Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil. Brasília: IPEA, 2015.

GONZALEZ, Rodrigo Milindre. Brasil e a Zopacas: projeção de poder ou cooperação estratégica? Relações Internacionais no Mundo Atual. Curitiba, v. 19, n. 1, p. 64-74, 2014. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/980/675>>. Acesso em maio de 2016.

LECHINI, Gladys. Africa, Asia and Latin America: the building of concepts to international relations in global South (a view on some international reports). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). Concepts, histories and theories of International Relations for the 21st century: regional and national Approaches. Fortaleza; Brasília: Premius e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2009. p. 109-129.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MAPA, Dhiego de Moura. As relações Brasil-África no Atlântico Sul: cooperação, segurança e desenvolvimento. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA "SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP E PUC/SP), 3., 2011, São Paulo. Anais... . São Paulo: Unesp, 2011. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/dhiego_mapa.pdf>. Acesso em maio de 2016.

MENEZES, Delano Teixeira. O Militar e o Diplomata. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

MILANI, Carlos; et. al. Atlas da política externa brasileira. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: CLACSO; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Defesa 2035 – visão prospectiva. Apresentação de Power Point. Disponível em: <defesa.gov.br/arquivos/ensino_e.../defesa.../cenários_defesa2035.pptx>. Acesso em setembro de 2015.

_____. Livro Branco da Defesa Nacional (2012). Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetos_web/livrobranco/lbdndigital/livrobranco.pdf>. Acesso em março de 2016.

_____. Militares trocam experiências e apontam desafios enfrentados em missões de paz. 31 de Março 2015. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/15362-militares-trocam-experiencias-e-apontam-desafios-enfrentados-em-missoes-de-paz-da-onu>>. Acesso em: 17 de Maio 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Balança comercial brasileira: países e blocos. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>. Acesso em maio de 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, São Paulo, v. 4, 75-92, 1981.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NEVES, André Luiz Varella. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. In: GHELER, Luis Fernando; GONZÁLEZ, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (orgs). *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015.

PENNA FILHO, Pio. O Continente Africano e suas Dinâmicas de Segurança: Reflexos para o Brasil. Conferência ministrada no XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional. Ministério da Defesa; Academia da Força Aérea: Pirassununga, 2015. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/congresso-academico>>. Acesso em setembro de 2015a.

_____. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. In: GHELER, Luis Fernando; GONZÁLEZ, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (orgs). *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015b.

PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. Geopolítica e o Futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Estudos avançados* 24 (68), 2010.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; GOES, Fernanda Lira. Aspectos do Financiamento das Operações de Paz da ONU: implicações para a Política Externa Brasileira. Boletim de Economia e Política Internacional. IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100622_boletim_internacional02_cap8.pdf>. Acesso em maio 2016.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil. In: GHELIER, Luis Fernando; GONZÁLEZ, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de (orgs). Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil. Brasília: IPEA, 2015.

RUCKS, Jéssica Tessaro. A geopolítica do Atlântico Sul. In: Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro. Anais.... Porto Alegre: Letral, 2014. p. 147-158. Disponível em: <<http://www.editoraletral.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p147-158.pdf>>. Acesso em maio de 2016.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. Brasília: Biblioteca Nacional, [s.d]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf>>. Acesso em maio de 2016.

SILVA, Antônio Henrique Lucena; FLÔR, Claudio Rogério de Andrade. UNASUL, Conselho de Defesa Sul-Americano e Cooperação: Lições da Cooperação Militar entre as Marinhas De Brasil, Argentina e Uruguai. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, 2011, v. 17 n.2, p.49-63. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2011/edicao17_2.51-66.pdf> Acesso em maio de 2016.

SIPRI. SIPRI Military Expenditure Database. 2015. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database>. Acesso em maio de 2016.

SOUZA, Matheus de Oliveira (*et. al.*). Desafios Brasileiros na Nova Era da Segurança e da Defesa – Tópicos Relevantes para Contribuir com o Envolvimento da Sociedade Brasileira no Debate Nacional. XXII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional. Ministério da Defesa; Academia da Força Aérea: Pirassununga, 2015. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/desafios_brasileiros_na_nova_era.pdf>.

UNASUR. Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR. Santiago: 2008. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/images/descargas/ESTATUTOS%20CONSEJOS%20MINISTERIALES%20SECTORIALES/ESTATUTO%20CONSEJO%20DE%20DEFENSA.pdf>> Acesso em maio de 2016.

UNITED NATIONS. Secretary-General Appoints Lieutenant General Derrick Mbuyiselo Mgwebi of South Africa Commander, UN Mission in Democratic Republic of Congo. 29 de Dezembro 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2015/sga1622.doc.htm>>. Acesso em maio de 2016.

VIEIRA, Mauro. Os 70 anos da ONU e a busca da paz (O Estado de S. Paulo, 26/06/2015). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?ption=com_content&view=article&id=10337:os-70-anos-da-onu-e-a-busca-da-paz&catid=193:artigos&lang=pt-BR&Itemid=453>. Acesso em outubro de 2015.

VILLA, Rafael Duarte; SANTOS, Norma Breda dos. Buzan, Waever e a Escola de Copenhague: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional. In: MEDEIROS, Marcelo de Almeida et. al. (Org). Clássicos das Relações Internacionais. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 117-151.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. New York: McGraw-Hill, 1979.

WENDT, Alexander. Teoria Social da Política Internacional. Editora Apicuri: Rio de Janeiro, 2014.

WIESEBRON, Marianne. Amazônia Azul: pensando a defesa do território marítimo brasileiro. Rio Grande do Sul: Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.2, n.3, Jan-Jul 2013, p.107-131. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjvr_CvxvDMAhWJhJAKHYX8DR0QFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Findex.php%2Faustral%2Farticle%2Fdownload%2F35039%2F23930&usg=AFQjCNFztSvucPM8b5n-2n0sj4zdVX7mbQ>. Acesso em maio de 2016.

ZOPACAS. Seventh Ministerial Meeting of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic. Montevideo Plan of Action. Montevideo, 2013. Disponível em: <<http://osf.org.za/wp-content/uploads/2015/08/Montevideo-Declaration-Seventh-Ministerial-meeting-of-the-Zone-of-Peace-and-Cooperation-of-the-South-Atlantic.pdf>>. Acesso em maio de 2016.